

O papel do Estado na expansão do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto - SP¹

Victor Hugo Junqueira

Doutorando em Educação na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (GEPEC)
e-mail: victorhugo_geo@yahoo.com.br

Resumo

A região de Ribeirão Preto-SP desde a segunda metade do século XX especializou-se na monocultura canavieira, transformando-se atualmente em um dos principais símbolos da prosperidade do agronegócio brasileiro. Com efeito, o objetivo deste artigo é analisar as transformações produtivas na agricultura na região de Ribeirão Preto – SP, a partir do argumento de que para o desenvolvimento agrícola da região foi imprescindível a aplicação de políticas estatais, e de que na atual fase da hegemonia neoliberal, apesar das mudanças no papel do Estado, estas continuam a ser fundamentais para garantir reprodução dos capitais investidos no setor, possibilitando inclusive nos últimos anos, uma intensificação da aplicação de capitais externos e o controle da produção por empresas transnacionais.

Palavras-chave: Estado; especialização produtiva; agronegócio; concentração de terra; internacionalização da produção.

Abstract

The state's role in the expansion the sugar and alcohol sector in the region of Ribeirão Preto - SP.

The region of Ribeirão Preto-SP since the second half of the twentieth century specialized in the sugarcane monoculture, currently transforming itself in one of the main symbols of the prosperity of Brazilian agribusiness. Indeed, the purpose of this article is to analyze the productive changes in agriculture in the region of Ribeirão Preto - SP, from the argument that the agricultural development of the region the application of state policies was essential, and that in the current phase of hegemony neoliberal, despite changes in the state's role, they remain crucial to ensure reproduction of the capital invested in the sector, enabling even in recent years, intensified application of foreign capital and the control of production by transnational companies.

Keywords: State; productive specialization; agribusiness; land concentration; internationalization of production.

Resumen

El papel del Estado en la expansión de la industria del azúcar y el alcohol en la región de Ribeirão Preto - SP

La región de Ribeirão Preto-SP desde la segunda mitad del siglo XX, especializada en el monocultivo de la caña de azúcar, actualmente transformándose en uno de los principales

¹ Este artigo é parte das discussões realizadas na pesquisa de mestrado “Educação, trabalho e ideologia: análise da relação agronegócio e educação na região de Ribeirão Preto-SP” defendida no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

símbolos de la prosperidad de la agroindustria brasileña. De hecho, el propósito de este artículo es analizar los cambios productivos en la agricultura de la región de Ribeirão Preto - SP, a partir del argumento de que el desarrollo agrícola de la región la aplicación de políticas de Estado era esencial, y que en la fase actual de la hegemonía neoliberal, a pesar de los cambios en el papel del Estado, que siguen siendo cruciales para asegurar la reproducción del capital invertido en el sector, lo que permite, incluso en los últimos años, la aplicación de capital extranjero y el control de la producción por las empresas transnacionales.

Palabras clave: Estado; especialización productiva; agroindustria; concentración de la tierra; internacionalización de la producción.

Introdução

O desenvolvimento desigual e combinado da agricultura capitalista desde o processo de transformação da base econômica agrário-exportadora para urbano-industrial na década de 1930 tendeu a se dirigir para as áreas de maior potencial de reprodução dos capitais. Segundo Elias (2003, p. 71) o desenvolvimento da agricultura privilegiou “às áreas já dotadas de condições favoráveis a atender as necessidades demandadas pela produção agrícola moderna, como infraestrutura de transporte, armazenamento, comunicações, energia etc. ou em condições de rapidamente desenvolvê-las”.

A presença destas condições na região de Ribeirão Preto garantiu desde a década de 1960, a alocação de grandes volumes de investimentos privados e estatais, consolidando-se como uma das principais áreas de desenvolvimento do agronegócio no Brasil.

Neste processo a agricultura regional especializou-se na monocultura canavieira, intensificando a concentração de terras e o controle da produção pelos mercados. Todavia, na década de 1990 com os impactos da reestruturação produtiva do capital no campo, das políticas neoliberais e da globalização, a agricultura passou a responder a demandas cada vez mais internacionalizadas, ao mesmo tempo, em que se ampliou a centralização de capitais no setor sucroalcooleiro.

Com efeito, o objetivo deste artigo é analisar as transformações produtivas na agricultura na região de Ribeirão Preto – SP, em dois momentos históricos: o primeiro marcado por forte intervenção estatal, por meio do controle de preços e da concessão de subsídios que beneficiaram as oligarquias canavieiras locais; e o segundo caracterizado pela aplicação de políticas neoliberais, de desregulamentação do mercado, que sob a tutela do Estado contribuíram para a internacionalização da produção e da ampliação do controle das usinas da região por grandes capitais externos.

A pesquisa apresentou como principal instrumento metodológico a revisão bibliográfica, coleta e análise de dados quantitativos disponibilizados por instituições

governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA), da Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados); do LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuárias do Estado de São Paulo (1995/96 e 2007/08) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento/Instituto de Econômica Agrícola/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral; do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), além de dados da União da Indústria União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA).

O argumento central deste texto é que para o desenvolvimento agrícola da região desde a segunda metade do século XX foi imprescindível a aplicação de políticas estatais, e de que na atual fase da hegemonia neoliberal, apesar das mudanças no papel do Estado, estas continuam a ser fundamentais para garantir reprodução dos capitais investidos no setor.

O papel do Estado na especialização produtiva na região de Ribeirão Preto – SP

Antes de procedermos à análise das transformações históricas da região e suas condições atuais, cabe destacar que, para fins deste trabalho o recorte territorial adotado compreende a mesorregião geográfica de Ribeirão Preto, segundo divisão regional do IBGE em vigor (Figura 1)

As mesorregiões homogêneas foram propostas pelo IBGE na década de 1970, como uma unidade intermediária entre as microrregiões e as grandes regiões brasileiras objetivando melhorar a capacidade de organização e análise dos dados censitários. De acordo com o IBGE (1990, p. 8) as mesorregiões geográficas são conjuntos de municípios contíguos, pertencentes à mesma Unidade da Federação, que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: “o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial”.

A mesorregião geográfica de Ribeirão Preto (Figura 1) é formada pelas microrregiões de Barretos, Batatais, Franca, Ituverava, Jaboticabal, Ribeirão Preto e São Joaquim da Barra, totalizando 66 municípios.

Contudo, é a partir da década de 1960 que os efeitos da intensificação do capitalismo no campo começam a alterar de forma mais significativa a região alterando as bases técnicas e organizacionais da agricultura. Este processo, em linhas gerais, foi capitaneado pelo Estado, tanto no que tange a regularização e normatização da expansão capitalista no campo, cujos feitos maiores foram a aprovação do Estatuto da Terra (1964) e o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), mas também no financiamento direto da produção agropecuária e na criação de uma infraestrutura necessária a expansão agrícola.

A aplicação de inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas na agricultura, derivadas do pacote da “Revolução Verde” ampliou a produtividade agropecuária da região, que na década de 1970 se mantinha como a principal região agropecuária do Estado de São Paulo, sendo a maior produtora de laranja (43%), soja (84,8%), milho (24,9%), tomate (35,2%), algodão (22,6%), limão 41,2% e cana-de-açúcar (34%) no estado. Destacando-se, também, na produção de arroz, amendoim, café, cebola, feijão e outros cítricos, além de bovinos e aves (SEMEGHINI, 1992 apud IPT, 2000, p. 90 e 91).

Entretanto, o desenvolvimento capitalista da agricultura, sua integração a indústria e o controle da produção cada vez mais centralizado, levaram a um processo crescente de especialização da produção, atendendo sempre aos critérios de maior rentabilidade econômica. Conforme Elias (2003, p. 95) ocorreu uma “desvinculação crescente da produção agrícola regional do consumo alimentar, uma vez que a atividade agrícola priorizou atender à demanda das agroindústrias, que passaram a constituir o motor principal da agricultura regional”.

Desde a década de 1970 a região de Ribeirão Preto vem se especializando na produção canavieira. A comparação das áreas colhidas dos principais produtos agrícolas da região entre as décadas de 1970 a 2010 evidencia o crescimento da área colhida de cana-de-açúcar em detrimento da redução de todos os outros produtos agrícolas.

Tabela 1 - Área colhida de alguns produtos agrícolas na Mesorregião de Ribeirão Preto entre 1975 e 2010 (em hectares).

Culturas	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Algodão	54.044	48.766	45.806	40.744	21.006	14.536	12.918	120
Amendoim	43.826	35.338	31.470	18.878	28.187	34.410	24.585	19.596
Arroz	208.040	41.497	45.669	34.485	16.329	6.591	1.893	741
Café	59.349	84.912	110.402	93.516	52.928	65.537	47.228	56.442
Cana-de-açúcar	167.731	290.819	458.710	510.190	724.268	834.250	987.787	1.279.889
Feijão	25.340	6.436	22.024	24.874	12.392	7.531	13.187	15.579
Laranja	93.669	134.818	153.863	174.642	130.918	107.425	98.579	78.085
Mandioca	4.043	1.854	652	305	307	862	686	830
Milho	228.103	178.622	218.300	293.084	258.684	211.304	110.186	36.473
Soja	235.142	258.808	267.429	269.956	276.279	274.160	249.692	133.796

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/ IBGE/ Disponíveis em Ipeadata. Org.: Autor

O crescimento da produção canavieira está estritamente ligado ao Programa Nacional do Álcool (Proálcool) lançado na década de 1970, quando em decorrência da crise do petróleo, o governo federal passou a incentivar a expansão da cultura canavieira para a produção de álcool combustível, por meio de financiamentos subsidiados, linhas de créditos especiais e subsídios indiretos por meio de bancos públicos.

Neste contexto, marcado pelo autoritarismo político e pela disponibilidade de recursos públicos o Estado “tornou-se o agente mais importante de desenvolvimento do setor, assumindo as funções de planejamento, comercialização e mediação de conflitos privados” (MELLO; PAULILLO, 2005, p. 49), que buscando resolver os problemas da balança de pagamentos gerados pela elevação do preço do petróleo no mercado internacional, favoreceu o desenvolvimento das oligarquias agrárias em todo o país.

Segundo Thomaz Júnior (2002, p. 76), o Proálcool nasceu da articulação entre o Estado e o capital resultando no “fortalecimento de uma relação secular de privilégios e favores especiais”. O direcionamento da política de crédito subsidiado pelo Estado aos grandes proprietários e sua amarração técnica e financeira ao pacote tecnológico da revolução verde viabilizou o denominado Complexo Agroindustrial (CAI).

Ainda de acordo com Thomaz Júnior (2002) na primeira fase³ do Proálcool (1975-1979) o Estado de São Paulo obteve a maior parte dos recursos destinados, cerca de 35% dos UU\$ 765,9 milhões investidos, sendo que deste montante as empresas da região de Ribeirão Preto, ficaram com aproximadamente metade dos recursos.

Elias (2003) destaca que os vultosos investimentos estatais, permitiram aos usineiros da região comprar e modernizar as fazendas que circundavam suas usinas,

³ Thomaz Júnior (2002) distingue quatro etapas do Proálcool: 1975-1979; 1980-1984; 1985-1989; pós 1990.

integrando a produção agrícola à indústria. Neste processo “centenas de produtores não resistiram às pressões econômicas e venderam suas terras aos usineiros, abandonando a policultura e propiciando a expansão da monocultura canavieira”. Além disso, os que resistiram “se transformaram em simples fornecedores, sem poder de decisão sobre a própria produção, somente garantindo o abastecimento da matéria-prima desejada” (ELIAS, 2003, p. 148).

Um dos efeitos desta política foi o recrudescimento da concentração de terras, e do controle da produção e submissão dos pequenos proprietários as imposições das agroindústrias. Os dados do censo agropecuário de 1985 referentes à distribuição de terras na mesorregião de Ribeirão Preto demonstram que as pequenas propriedades somavam 17.985 estabelecimentos (77,1% do total) e detinham 515.340 ha, o equivalente a 20,5% das terras. As médias propriedades totalizavam 4.413 estabelecimentos (19% do total) e possuíam 914.770 ha, 36,4 % das terras. Por sua vez, as 927 grandes propriedades (3,9% do total) dominavam 2.511.642 ha, ou seja, 43,1% de todas as terras (IBGE, 1985).

A esta concentração de terras se somou a oligopolização do setor que sob o comando de poderosos grupos nacionais transformou a região no maior polo sucroalcooleiro do Brasil. Com os incentivos do Proálcool a especialização produtiva da região acabou por impulsionar toda uma cadeia de indústrias e serviços ligada a atividades agropecuárias.

Para Elias (2003, p. 170) o resultado do crescimento industrial e agropecuário acabou “culminando com um processo intenso de fusão ou integração de capitais nesses dois campos econômicos, que passam a ser controlados por grandes empresas nacionais e multinacionais”. Por esta razão a região já despontava na década de 1990 com uma agricultura integrada à indústria, dinamizando o setor de serviços e altamente dependente dos circuitos técnicos, científicos e informacionais na reprodução de capitais (ELIAS, 2003).

Estas condições contribuíram para que as usinas da região que apresentavam maior desenvolvimento tecnológico e maior competitividade comercial continuassem a receber maior aporte de recursos estatais, mesmo após o declínio dos subsídios oferecidos por meio do Proálcool a partir de 1985, bem como obter vantagens na disputa intercapitalista que se instalou no setor a partir da década de 1990, com as políticas de desregulamentação e liberalização econômica e comercial do setor.

A emergência das políticas neoliberais, no contexto de crise inflacionária do final da década de 1980 e início da década de 1990 provocaram a redução dos subsídios aos usineiros, que inevitavelmente contribuiu para que algumas empresas devido ao forte endividamento fossem desativadas em todo o país. Todavia, esse cenário de *crise* foi utilizado como pretexto pelos usineiros e por suas associações de classe para conseguir novas liberações de recursos estatais, redução de impostos e renegociação das dívidas, ao longo da década de 1990.

O governo Collor, por exemplo, lançou uma política de rolagem da dívida dos usineiros, por meio do conhecido “Plano de Socorro aos Usineiros Endividados”, além de poupar o setor sucroalcooleiro da política de congelamento de preços durante o “Plano Collor II” garantido um aumento de preços na ordem de 46,7%. No governo Itamar Franco o incentivo ao setor ocorre por meio da liberação de UU\$ 1,17 bilhão a juros subsidiados para custeio, renovação agrícola, para financiamento da estocagem e recomposição de estoques de segurança (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

O processo de desregulamentação do mercado sucroalcooleiro estendeu-se por toda a década de 1990, sendo concluído apenas em 1999. O gradativo processo de abertura do mercado permitiu que nesse interstício os grupos industriais e fornecedores de cana pudessem se articular em associações de representações de classe em escalas regionais e nacionais, que continuaram a ter participação ativa nas decisões governamentais, ao mesmo tempo, que possibilitou as empresas mais competitivas, localizadas, especialmente no sudeste, desenvolver-se tecnologicamente, ampliar a produtividade e melhorar sua inserção no mercado interno e externo, garantindo taxas positivas de crescimento no período.

Na região de Ribeirão Preto, na década de 1990 a produção continuou a aumentar passando de 40,5 milhões de toneladas em 1990 para 64,6 milhões de toneladas no ano 2000, no mesmo período a área plantada amplia de 510.190 hectares para 834.250 hectares.

Além disso, face ao processo de reestruturação produtiva do capital ocorridas neste contexto e as consequentes mudanças nas relações sociais de produção (regras de trabalho e gerenciamento), bem como a intensificação da mecanização e da aplicação da ciência no processo produtivo há um forte impacto na produtividade do trabalhador, garantindo assim, a reprodução da valorização do capital, mesmo em um cenário na qual imperava o discurso da crise (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Agronegócio canavieiro e novo ciclo de expansão do capital no campo

A conjuntura de baixo investimento público direto na produção sucroalcooleira da década de 1990 é alterada na década de 2000 quando o Estado adota a política de incentivo a produção e exportação de *commodities*, como meio de compensar os desequilíbrios nas contas externas, geradas pelas políticas de liberalização comercial e pela abertura do país ao capital externo, promovida pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) (DELGADO, 2012).

Esta opção política favoreceu uma nova fase de expansão do capitalismo no campo, cujo principal efeito na região, foi a revitalização do capital agrocanavieiro pelo Estado, sobretudo, a partir de 2003 com o início da produção automobilística de carros *flex fuell*.

Para Barreto (2011, p. 36) neste segundo momento de expansão da monocultura canavieira no país “o Estado busca, mais uma vez, ampliar sua matriz energética e resgatar empresários canavieiros de mais uma crise financeira” inserindo o país “no cenário internacional, entre os maiores produtores e exportadores de etanol e açúcar do mundo”.

A produção e venda dos automóveis bicomustíveis foi o principal estímulo à retomada da produção de álcool hidratado e anidro, assumindo o Estado um papel preponderante (THOMAZ JÚNIOR, 2007), sobretudo, a partir de 2008 com os pacotes de estímulos fiscais a indústria automobilística.

Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) entre março de 2003 (mês de lançamento da tecnologia) a dezembro de 2012 foram licenciados no Brasil 18,5 milhões de unidades de veículos *flex fuell*. Em 2012, as vendas destes veículos corresponderam a 87% dos veículos leves licenciados no país.

Além disso, o Estado promoveu a ampliação de créditos ao setor canavieiro, garantiu estímulos fiscais e atuou no *marketing* internacional de país produtor de energia limpa e renovável abrindo novos mercados à exportação de etanol e também de açúcar.

Milanez; Barros; Filho (2008, p. 08) analisando o financiamento do BNDES ao setor sucroalcooleiro entre 2004 e 2008, constataram que:

[...] entre 2004 e 2007 houve acréscimo acumulado de mais de 500% e, considerando a posição de começo de julho, o desempenho nos primeiros seis meses de 2008 já equivale a 75% do registrado em todo o ano anterior. É importante salientar ainda que, em razão de os investimentos nesse setor terem crescido de forma mais intensa que a maioria dos investimentos nos demais segmentos econômicos, a participação dos desembolsos para projetos sucroalcooleiros, relativamente ao total desembolsado pelo BNDES, tem aumentado de forma significativa.

Apenas no primeiro semestre de 2013 o BNDES já havia liberado R\$ 3,481 bilhões ao setor, o que representa um valor superior aos 3,4 bilhões investidos no setor em 2007, e conforme a reportagem da Revista Nova Cana (2013) já representava 68% acima dos R\$ 2,068 bilhões do primeiro semestre de 2012.

Desse modo, os diferentes estímulos fiscais e econômicos alavancaram um novo ciclo de crescimento na produção de cana-de-açúcar, especialmente a partir de 2003 (Tabela 2).

Tabela 2- Produção de cana-de-açúcar entre 1990 e 2010 (em toneladas).

Áreas	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	262.674.150	303.699.497	326.121.011	422.957.366	717.148.531
Estado de São Paulo	137.835.000	174.960.000	189.040.000	254.809.756	426.056.499
Mesorregião de Ribeirão Preto.	40.551.594	57.447.735	64.630.888	83.921.776	111.682.433

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/ IBGE/ Disponíveis em Ipeadata. Org.: Autor

A produção brasileira mais que dobrou entre 2000 e 2010, resultado da incorporação de novas terras, nos estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. Mas, foi especialmente estimulado pelo crescimento da produção no Estado de São Paulo que saltou de, aproximadamente, 189 milhões de toneladas, para 426 milhões com o avanço da produção canavieira para o oeste do estado, com destaque para o Pontal do Paranapanema.

Outro fator responsável pelo crescimento da produção de cana-de-açúcar no Brasil e na região foi a ampliação da demanda internacional por ou etanol e açúcar. O Brasil nos últimos anos assumiu as primeiras posições na exportação dos dois produtos, conquistando mercados importantes no mundo todo.

Como a maioria das usinas da região produzem açúcar e etanol, a conjugação de um mercado interno em expansão e maior acesso aos mercados internacionais possibilitou as empresas flexibilizar a produção de acordo com as flutuações no mercado, ampliando a competitividade e garantindo uma alta e constante taxa de lucratividade nos últimos anos.

Este momento de prosperidade para os usineiros, a exemplo do período do Proálcool, provocou efeitos significativos sobre a concentração de terras, na região. O Censo Agropecuário de 2006 apontava que “a especialização em lavouras modernizadas, como as de cana-de-açúcar, em São Paulo, repele o produtor com menor grau de capitalização” (IBGE, 2009, p. 111).

Na região de Ribeirão Preto, conforme dados vinculados pelo informativo Brasilagro, o censo agropecuário de 2006 indicou uma redução de 2,6% no número de propriedades rurais. Em 1996, a região que tinha 27.164 estabelecimentos - fazendas, sítios, chácaras e terrenos em zonas rurais, dez anos depois eram 26.447 estabelecimentos.

Olivette e Camargo (2009) ao comparar os dados do Levantamento Censitário da Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) realizados nos anos de 1995/1996 e 2007/2008 pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) vinculados a Secretaria Estadual de Agricultura chegam à mesma conclusão do censo agropecuário: cresce a concentração de terras na região.

A pesquisa do LUPA utiliza como divisão regional os Escritórios de Desenvolvimento Regional (EDRs), segundo esta divisão a maioria dos municípios que compõem a Mesorregião Geográfica de Ribeirão Preto são agrupados pelos autores na Região Norte, formada pelos EDRs de Barretos, Franca, Jaboticabal, Orândia e Ribeirão Preto.

Para verificar a concentração de terras nas regiões os autores utilizam o Índice de Gini utilizando a classificação por níveis de Câmara (1949): de 0,000 a 0,100 - concentração nula; de 0,01 a 0,250 - concentração nula e fraca; de 0,251 a 0,500 - concentração fraca a média; de 0,501 a 0,700 - concentração média a forte; de 0,701 a 0,900 - concentração forte a muito forte; de 0,901 a 1,000 - concentração muito forte a absoluta.

A pesquisa constatou que no período houve crescimento da concentração de terras em 30 dos 40 EDRs do Estado de São Paulo, mesma tendência que se repete nos EDRs que compõem a região, conforme pode ser visualizado na tabela seguinte (Tabela 3).

Tabela 3 – Evolução do Índice de Gini, por EDR da Região Norte Estado de São Paulo, 1995/96 e 2005/06.

EDRs	Índice de Gini (1995/96)	Índice de Gini (2005/2006)
Barretos	0,69	0,69
Franca	0,62	0,64
Jaboticabal	0,64	0,66
Orândia	0,70	0,72
Ribeirão Preto	0,78	0,78

Fonte: Olivette e Camargo (2009). Org.: Autor

Os dados indicam um crescimento da concentração de terras em Franca, Jaboticabal e Orândia, enquanto Ribeirão Preto e Barretos mantiveram o índice. Além disso, enquanto os EDRs de Barretos, Franca e Jaboticabal apresentaram uma concentração de terras de média a forte; os EDRs de Orândia e Ribeirão Preto foram classificados com nível de concentração de forte a muito forte.

A concentração de terras continua, assim, a acompanhar o processo de desenvolvimento do capital monopolista na região, estreitando a subjugação dos pequenos produtores que resistem em suas propriedades, quando não as arrendam para as usinas. À vista disso, o domínio das terras e da produção modifica novamente as relações de trabalho tanto dos pequenos agricultores familiares, como dos trabalhadores assalariados na agroindústria.

A redução do número de pessoas nas atividades agropecuárias é uma tendência do processo de reestruturação produtiva do capital no campo decorrente do processo de

mecanização. De acordo com a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA)⁴ o índice de mecanização do corte da cana na região chegou a 72% em 2012. Para isto, concorreram duas questões legais, a proibição da queima da cana no Estado e o cumprimento de normas trabalhistas, em especial a Norma Regulamentadora 31⁵ (NR 31).

Segundo Thomaz Jr. (2007) com base NR 31 os procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT) tem procurado exigir dos usineiros o cumprimento dos acordos coletivos, além da intenção de acabar com o pagamento por produção. Nesse sentido, as principais exigências do MPT relacionam-se à “proteção da saúde e segurança, no trabalho rural, pois a NR 31 exige pausas para descanso dos trabalhadores, fornecimento de água fresca, local adequado para refeição, pronto atendimento médico, sanitários etc.” (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 14).

Não há dúvidas que estes instrumentos legais são importantes e exercem influência sobre a ampliação dos índices de mecanização, porém, o cerne da questão está no potencial de retorno de lucratividade ao capital.

Nesta perspectiva, as palavras de Moraes (2007) revelam como a proibição da queima da cana torna a exploração do trabalho menos lucrativa ao capital.

A produtividade do trabalhador com a colheita da cana crua manual cai muito (em média de 6 toneladas por dia por empregado para 3 toneladas por dia por empregado), o que inviabiliza a adoção desta prática em ambiente de livre mercado. A colheita mecânica da cana crua é economicamente mais eficiente, dados os menores custos de produção, além do fato de as próprias convenções coletivas de trabalho estipularem que o corte manual deve ser de cana queimada, dadas as dificuldades encontradas no corte manual da cana crua (MORAES, 2007, p. 609).

O que está em jogo, portanto, são as formas de reprodução do capital de forma mais avançada, ainda que isto aprofunde as contradições do próprio desenvolvimento capitalista, ao substituir o capital variável por capital constante.

Com base em estimativas da UNICA, Moraes (2007, p. 610) assinala que:

[...] sem se considerar os funcionários envolvidos na gestão e administração da produção, no Estado de São Paulo, entre as safras de 2006/2007 e 2020/2021, o número de empregados envolvidos com a produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool passará de 260,4 mil para 146,1 mil, ou seja, haverá uma redução de 114 mil empregos neste período. Observa-se que na indústria é esperado um aumento de 20 mil empregados, enquanto na lavoura canavieira o número passará de 205,1 mil empregados para 70,8 mil, ou seja, uma queda de 134,3 mil. A previsão é que não haja colheita manual na safra 2020/2021.

⁴ Notícia vinculada pelo jornal Folha de São Paulo em 30 de março de 2012.

⁵ A NR 31 define os preceitos a serem observadas na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho (MTE, 2011).

A retomada da política estatal de valorização da produção e exportação de commodities como meio de geração de saldos comerciais positivos implicou também em alterações na conjuntura de lutas por reforma agrária na região, dificultando ainda mais a criação de assentamentos rurais.

Na década de 1990 sob os efeitos da conjuntura econômica nacional marcada pela liberalização econômica e comercial e baixos investimentos sociais, além do fortalecimento das lutas por reforma agrária a nível nacional, ocorreu a implantação de importantes assentamentos na região. Conforme dados expostos na tabela seguinte (Tabela 4) entre os anos de 1998 e 2001 são criados 07 dos 12 assentamentos existentes atualmente.

Tabela 4 – Assentamentos rurais na Mesorregião de Ribeirão Preto (1979-2012).

Município	Assentamento	Ano	Nº de famílias	Área (ha)
Colômbia	Formiga	1998	58	1.063
Colômbia	Perdizes	1998	36	1.506
Bebedouro	Reage Brasil	2000	83	1.269
Batatais	Nossa Terra	2008	30	240
Restinga	17 de Abril	1999	155	2.979
Orlândia	Orlândia	2009	21	52
Pradópolis	Guarani	2000	273	4.190
Jaboticabal	Córrego Rico	2001	47	468
Pitangueira	Ibitiúva	2000	41	725
Serra Azul	PDS ⁶ Sepé Tiarajú	2004	79	797
Ribeirão Preto	PDS da Barra ⁷	2007	464	1.790
São Simão	Mário Covas	2012	130	748

Fonte: DATALUTA/NERA (2011); CARVALHO (2011). Org.: Autor.

Após 2003 foram implantados 05 assentamentos na região decorrentes, na sua maioria, de lutas que já se estendiam desde a década de 1990. O assentamento Mário Covas, por exemplo, implantado pelo ITESP em 2012 na área antes pertencente à Fazenda Santa Maria – área administrada pelo Instituto Florestal ligado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente havia sido ocupada em 1996 por trabalhadores rurais sem terra.

Apesar de novas ocupações de terras continuaram a ocorrer na região, demonstrando que a luta por reforma agrária continua presente, contudo, o processo de

⁶ Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Assentamentos sob a responsabilidade do INCRA, que apresentam como princípios básicos o associativismo e a agroecologia como condição básica para a concessão do uso da terra e acesso a crédito. (CARVALHO, 2011)

⁷ O PDS da Barra é formado “três ‘assentamentos’ decorrentes de conflitos entre os movimentos sociais presentes na área, o Mário Lago, composto por 264 famílias do MST; o Santo Dias, com 160 famílias do Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST); e o Índio Galdino, movimento autônomo, que possui 40 famílias” (CARVALHO, 2011, p. 151).

valorização das terras⁸ motivado pela expansão do setor sucroalcooleiro e a rentabilidade do arrendamento para o plantio de cana (LIMA FILHO; AGUIAR; TORRES JUNIOR, 2014) certamente impõe dificuldades aos movimentos sociais de luta pela terra.

A internacionalização da produção e do controle do setor sucroalcooleiro

Além do processo de concentração de terras, descartabilidade dos trabalhadores e nas dificuldades impostas a implantação de novos assentamentos rurais, outra característica desta nova fase de expansão do capitalismo no campo, é a internacionalização da produção canavieira, na medida em que “houve aumento nos últimos anos na participação de grandes grupos na região, aumentando assim a concentração de mercado numa região até então caracterizada pela administração familiar das usinas” (COSTA, 2011, p. 17).

Souza (2011) também identificou um processo crescente de internacionalização da produção e a formação de grandes conglomerados agroindustriais internacionais e nacionais no Brasil, segundo a autora:

Há alguns anos, verifica-se um aumento do ritmo de aquisições no setor sucroalcooleiro, com crescimento na participação de empresas estrangeiras e aumento na concentração do poder econômico de determinados grupos. Sob essa nova lógica capitalista imperialista as atividades agrárias tornam-se cada vez mais alvo estratégico das corporações agroindustriais em redes que buscam reiteradas vezes aprovisionarem os seus recursos, assim como, exercer o controle do processo produtivo. Ou seja, uma subsunção total das atividades agrícolas aos interesses econômicos das grandes corporações agroindustriais nacionais e internacionais que comandam o circuito produtivo do setor agropecuário em escala global (SOUZA, 2011, p. 139 e 140).

Além da compra de usinas por empresas transnacionais, há também, o rearranjo interno da compra de usinas menores por grandes grupos nacionais, indicando uma concentração cada vez maior no setor. Reportagem realizada pelo jornal Estado de São Paulo em 24 de junho de 2013 com base em dados da pesquisa do *New England Center for Investigative Reporting* e da ONG *Connectas*, mostrou que 15 empresas detêm o reinado da produção de etanol no continente americano. Segundo a matéria a empresa estadunidense ADM é a líder isolada, seguida da brasileira Copersucar e de companhias como Poet e Valero Renewable Fuels, na América do Norte, e negócios como Odebrecht Agroindustrial e Raízen, no Brasil.

8 Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo com base nos dados da consultoria Informa Economics/FNP entre o primeiro bimestre de 2003 e o último bimestre de 2012, o preço médio da terra no Brasil teve um aumento de 227%. Na região de Ribeirão Preto o aumento foi de 138%

O grupo Copersucar é o maior grupo sucroalcooleiro do Brasil com participação de 22% do mercado brasileiro e a líder em exportação mundial de etanol produzido a partir da cana-de-açúcar.

A empresa que nasceu em 1959, como Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, reunindo dez unidades produtoras paulistas e duas entidades cooperativas regionais, a Coopira e a Coopereste. Na década de 1970 passou a reunir mais de uma centena de associadas; em 2008 a empresa transformou-se em uma sociedade anônima de capital fechado, passando a ser denominada Copersucar S.A. contabilizando atualmente 47 unidades produtoras sócias, pertencentes a 24 grupos econômicos.

Desde então a empresa vem passando por um processo crescente de internacionalização da comercialização da produção, adquirindo e associando-se a poderosos grupos internacionais. Em 2012 adquiriu o controle da Eco-Energy, uma das principais tradings de biocombustíveis dos Estados Unidos e promoveu a abertura de duas novas subsidiárias: Copersucar Ásia (Hong Kong) e Copersucar North America (Tennessee – EUA), que se somaram à Copersucar Europe (Rotterdam – Holanda). Em conjunto estas empresas representam 12% de participação no mercado global de etanol, com uma oferta de 12,5 bilhões de litros, atuando em mercados da América do Norte, Europa, África e Ásia. Na safra 2011/2012 o faturamento líquido da empresa superou os 11 bilhões de reais.

Na região, a Copersucar S.A controla 11 das 35 usinas operando na safra 2013/2014, destacando-se as usinas pertencentes ao Grupo BALBO, a Pedra Agroindustrial, ao Grupo Viraalcool e a Usina Batatais (COOPERSUCAR, 2013).

Além da expansão da Copersucar outros importantes grupos internacionais passaram a controlar parte significativa da produção de etanol e açúcar na região. A Biosev empresa formada em 2009, a partir da fusão da LDC Bioenergia, do grupo Louis Dreyfus Commodities, com a Santelisa Vale controla atualmente 6 usinas na região. A Raízen criada pela junção dos negócios da transnacional petrolífera Shell com a Cosan comprou duas usinas na região uma em Igarapava e a outra em Guariba. A Cargill ingressou no mercado de produção de açúcar e álcool em 2006, adquirindo na região a participação da Usina Central Energética Vale do Sapucaí (Cevasa). Além destes, o Grupo Guarani em 2001 passou a fazer parte do grupo europeu Tereos, maior produtor de açúcar da Europa, controlando 3 usinas na região.

Oliveira (2010) ao analisar as incorporações e fusões de capitais nacionais e estrangeiros para atuar nas diversas etapas da produção, desde a aquisição de terras e o seu preparo até no controle da produção e comercialização afirma que

estão juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra (OLIVEIRA, 2010, p. 85).

Este processo ainda que não revelado na sua completude, indica uma concentração de capitais no setor e uma maior internacionalização da produção, constatando, a tendência analisada por Lênin (2011, p. 118) de que “o enorme desenvolvimento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção, em empresas cada vez maiores, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo”.

Na atual fase do capitalismo financeiro, o campo brasileiro passa a responder as exigências mundializada de produção de mercadorias, e por isso sujeita a todas as suas variações internacionais seja no preço ou na demanda. Nesse sentido, a ampliação da demanda por etanol e açúcar e as políticas governamentais de incentivo a expansão canieira na década de 2000 contribuíram para que na região aumentassem o ingresso de capitais internacionais no setor sucroalcooleiro.

O quadro seguinte (Quadro 1) expõem as usinas operando na região na safra 2013/2014, destacando as empresas associadas ao grupo Copersucar S.A e as empresas com participação direta pelo capital internacional.

Quadro 1– Usinas em operação na Safra 2013/2014 na Mesorregião de Ribeirão Preto.

Microrregião	Município	Usina	Grupo Empresarial
Barretos	Colina	Guarani – São José #	Guarani/ Grupo Tereos
	Colômbia	Biosev- Continental#	Biosev
Batatais	Batatais	Usina Batatais*	Usina Batatais – S/A Açúcar e Álcool
Franca	Patrocínio Paulista	Cevasa#	Central Energética Vale do Sapucaí LTDA/ Cargill e Canagril
Ituverava	Buritizal	Buriti *	Pedra Agroindustrial S/A
	Igarapava	RAÍZEN - Junqueira#	RAÍZEN
Jaboticabal	Guariba	RAÍZEN- Bonfim#	RAÍZEN
	Jaboticabal	Usina Santa Adélia*	Usina Santa Adélia AS
		Biosev- Jaboticabal #	Biosev
		Destilaria Santa Clara	Destilaria Santa Clara LTDA
	Pitangueiras	Pitangueiras*	Pitangueiras Açúcar e Álcool LTDA
		Viralcool*	Viralcool Açúcar e Álcool LTDA

		Guarani- Andrade [#]	Guarani/ Grupo Tereos
Ribeirão Preto	Barrinha	Usina São Francisco*	BALBO
	Jardinópolis	Biosev- Jardest [#]	Biosev
	Luís Antônio	Usina Moreno	Central Energética Moreno Açúcar e Álcool Ltda.
	Pontal	BAZAN BAZAN-BELA VISTA Usina Carolo	BAZAN S/A BAZAN S/A Usina Carolo S/A
	Pradópolis	Usina São Martinho	Grupo São Martinho S/A
	Santa Rita do Passa Quatro	Santa Rita	Usina Santa Rita S/A Açúcar e Álcool
	Santa Rosa de Viterbo	Ibirá*	Pedra Agroindustrial S/A
Ribeirão Preto	Serrana	Usina da Pedra* Nova União	Pedra Agroindustrial S/A Nova União S/A Açúcar e Álcool
	Sertãozinho	Destilaria Santa Inês*	Irmãos Toniello LTDA
		Usina Santo Antônio S.A.*	BALBO
		Usina São Francisco S.A.* [#]	BALBO
		Usina Santa Elisa [#]	Biosev
		DELOS	Destilaria Lopes da Silva LTDA
São Joaquim da Barra	Guaíra	Guarani – Mandu [#]	Guarani/ Grupo Tereos
		Usina Colorado	Grupo Colorado
		Guaíra	Usina Açucareira Guaíra LTDA
	Morro Agudo	Biosev MB [#] Biosev – Vale do Rosário [#]	Biosev Biosev
	São Joaquim da Barra	Usina Alta Mogiana S/A	Usina Alta Mogiana S.A. Açúcar e Álcool.

Fonte: MAPA (2013)/ UNICA (2013)/ COOPERSUCAR (2013). Obs. *Associadas à Copersucar; #Participação direta do Capital Internacional.

Os dados do quadro indicam que das 35 usinas que operaram na safra 2013/14, 65,7% (23 usinas) estão sob controle de capitais internacionais ou da Copersucar, explicitando o processo de concentração e internacionalização da produção canieira.

Estas informações demonstram o que há um articulado e poderoso pacto de classes entre proprietários fundiários, burguesias nacionais e internacionais, atores do mercado financeiro e o Estado no desenvolvimento capitalista no campo e sua materialidade na região de Ribeirão Preto, que se afirma como um dos principais espaços do agronegócio brasileiro, se conectando com espaços nacionais e internacionais pelos fluxos de mercadorias e capitais.

Considerações finais

A dinâmica do capitalismo financeiro impõe novas condições ao campo, que sujeito a uma lógica mundializada de reprodução de capitais, deve reduzir o tempo de produção e aumentar a velocidade na circulação de capitais. Esta dinâmica que vem sendo processada desde a década de 1990, com a abertura da economia brasileira, mas cujos êxitos na agricultura são mais notáveis a partir da década de 2000, contribuiu para um novo ciclo de expansão do domínio canavieiro na região, acentuando a concentração de capitais e terras, consolidando o controle da produção e comercialização.

Assim, o agronegócio representa uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que não rompe com as bases fundiárias e as formas de exploração do trabalho e da natureza, mas as intensifica como forma de aumentar a produção e responder as exigências internacionalizadas do capitalismo financeiro.

O processo de expansão do capitalismo e a adoção da política do agronegócio como opção econômica macroestrutural pelo Estado brasileiro, que dispendeu volumes enormes de recursos financeiros para promover o desenvolvimento da agricultura capitalista no país, tornando-o um dos principais exportadores mundiais de *commodities* nos últimos anos, garantiu um campo de prosperidade para latifundiários e as frações da burguesia integradas ou diretamente ligadas ao setor, bem contribuiu para aprofundar o domínio das grandes corporações no controle da produção e da comercialização de mercadorias de origem agrícola.

Com isso, se ampliou os processos de dominação territorial e controle da produção e do trabalhador pelo capital em todo o país. Na região de Ribeirão Preto isto representou concretamente, a ampliação da concentração de terras, o domínio da monocultura canavieira e a submissão de pequenos proprietários às relações econômicas e comerciais impostas pelo capital.

Estas condições explicitam que na aurora do século XXI, a despeito das políticas neoliberais de privatização, desregulamentação do setor e abertura comercial o Estado continua a ser uma peça-chave para a engrenagem da reprodução do capital, pois admitindo a formulação de Lênin (1978) apenas em uma sociedade onde não existam os antagonismos de classes, o Estado é inútil e impossível.

Na região de Ribeirão Preto a presença do Estado historicamente foi imprescindível para promover o desenvolvimento das forças produtivas no campo, garantindo um terreno fértil para a formação de poderosas oligarquias canavieiras, que atualmente, se conectam ou são substituídas por capitais internacionais, e no movimento intrínseco de reprodução dos capitais ampliou as desigualdades no campo e nas cidades.

Estas condições demonstram que o sucesso do crescimento do setor sucroalcooleiro está diretamente relacionado à marginalização e submissão dos trabalhadores aos detentores da riqueza produzida socialmente, que garantem a sua reprodução sob a tutela do Estado.

Referências

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. **Carta da Anfavea**, n. 320, jan. 2013. Disponível em: <www.anfavea.com.br/cartas/Carta320.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2013.

BARRETO, M. J. **Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho**. 2013. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Relação das unidades produtoras cadastradas no Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia**. 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Agroenergia/Orientacoes_Tecnicas/Usinas%20e%20Destilarias%20Cadastradas/DADOS_PRODUTORES_15_02_2013.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2013.

BRASILAGRO. **Cresce a concentração de terras na região de Ribeirão Preto**. 02 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/9/21460>>. Acesso em: 03 de julho de 2013.

CÂMARA, L. A concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 516-528, 1949.

CARVALHO, J. G. **Questão Agrária e Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto**. 2011. 209f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

COOPERSUCAR. **Usinas sócias safra 2013/ 2014**. 2013. Disponível em: <<http://www.copersucar.com.br/>>. Acesso em: 23 de Julho de 2013.

COSTA, G. F. **Caracterização do Setor Sucroalcooleiro na Mesorregião de Ribeirão Preto**. Piracicaba: Universidade de São Paulo: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, 27p. 2011. Disponível em: <esalqlog.esalq.usp.br/files/biblioteca/arquivo3782.PDF>. Acesso em: 16 de junho de 2013.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003. (Coleção Campi, 21).

FOLHA DE S. PAULO. **SP atinge 65% da colheita mecanizada de açúcar**. Cotidiano Ribeirão Preto. 30 de março de 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1069446-sp-atinge-65-de-colheita-mecanizada-de-cana-de-acucar.shtml>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censos Agropecuários** (vários anos: 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006). Rio de Janeiro: IBGE.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Censos Demográficos** (vários anos: 1970 – 2010). Rio de Janeiro: IBGE.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censos Econômicos de 1985**: censo agropecuário. São Paulo: IBGE, 1985.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. 1990. Disponível em: <http://www.lpeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2010.

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Relatório Nº 40.670**. Diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos e estabelecimento de diretrizes técnicas para elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo. São Paulo, 2000.

LÊNIN, V.I. **Lênin**: política. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ática: 1978b.

_____. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LIMA FILHO, R. R. de; AGUIAR, G. A. M; A; TORRES JUNIOR, A. de M. Arrendar ou Produzir? **AGROANALYSIS**. Revista de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, maio de 2014. Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalhe.php?idMateria=1716> Acesso em 01 de julho de 2015.

MILANEZ, A. Y.; BARROS, N. R.; FILHO, P. de S. C. E. O perfil do apoio do BNDES ao setor Sucroalcooleiro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 28, p.3-36, set. 2008. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2801.pdf>. Acesso em: 04 de agosto de 2013.

MORAES, M. A. F. D. O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 11, n.4, p. 605-619, out./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v11n4/08.pdf>>. Acesso em: 26 de julho 2013.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. **DATALUTA** – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório São Paulo 2011. Outubro de 2012. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_saopaulo_2011.pdf> Acesso em: 30 de julho de 2013.

NOVA CANA. **Desembolsos do BNDES para o setor sucroalcooleiro já superam 2012**. 30 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.novacana.com/n/industria/investimento/desembolsos-bndes-aportes-agricolas-usinas-300713/>>. Acesso em: 04 de agosto de 2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Quinze grupos dominam produção de etanol**. Economia & Negócios. 24 de junho de 2013. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,quinze-grupos-dominam-producao-de-etanol,1046224,0.htm>>. Acesso em: 31 de julho de 2013.

_____. **Preço da terra agrícola subiu 227% em dez anos, quase o dobro da inflação.** Economia & Negócios. 04 de março de 2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,preco-da-terra-agricola-subiu-227-em-dez-anos-quase-o-dobro-da-inflacao-imp-,1003989>>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2010.

OLIVETTE, M. P. de A.; CAMARGO, F. P. de. Concentração Fundiária no Estado de São Paulo, 1996-2008. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.39, n.6, p. 68-76, jun. 2009.

PAULILLO, L.F.; MELLO, F. O. T. Metamorfoses da rede de poder sucroalcooleira paulista e desafios para autogestão setorial. In: **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.52, n.1, p. 41-62, jan./jun. 2005. Disponível em <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-1-05-3.pdf>>. Acesso em: 20 de set. de 2014.

SOUZA, S. M. R. de. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira:** estratégias discursivas para a ação do capital no campo. 2011. 282 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, A. Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. In: III Jornada de Estudos sobre assentamentos rurais, 2007, Campinas. **Anais da III Jornada de Estudos sobre Assentamentos Rurais**. Campinas, Feagri/Unicamp, jun./2007, p. 1 - 42. CD-ROM.

_____. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana** (A relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

UNICA. União da Indústria de Cana-de-Açúcar. **Empresas**. 2013. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/empresas>>. Acesso em: 23 de Julho de 2013.

Recebido em 15 de julho de 2015

Devolvido para correção em 23 de maio de 2016

Aceito para publicação em 28 de maio de 2016